

COMITÊ GESTOR DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE**ATA DE REUNIÃO**

Data: 06.07.2018

Local: sala 307-A (prédio-sede)

Presenças: Juíza do Trabalho Raquel Nenê Santos, indicada pela Presidência (Coordenadora);

Servidor Márcio Meireles Martins, indicado pela Diretoria-Geral;

Servidora Mariana Merolillo Marimon, representante da Ouvidoria;

Servidor Elton Luiz Decker, representante dos servidores(as) com deficiência;

Servidora Roberta Liana Vieira, representante dos(as) servidores(as) negros(as);

Servidora Simone Evangelista da Fonseca, representante dos(as) servidores(as) LGBTI;

Juíza do Trabalho Cacilda Ribeiro Isaacsson, representante dos(as) magistrados(as);

Servidora Elaine Lídia de Souza Craus, indicada pelo SINTRAJUFE-RS;

Convidados: Caroline de Oliveira Bertolino, psicóloga; Vania Cunha Mattos, Desembargadora Presidente do TRT4; Roger Raupp Rios, Desembargador do TRF4; Carlos Alberto Colombo, servidor do TRF4.

Secretária: Clarissa Gonçalves Vido (AGE)

Horário: 08h00 às 10h45

Aos cinco dias do mês de julho do ano de 2018, às 8 horas, na sala de reuniões 307-A do prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ocorreu reunião ordinária do Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, contando com as presenças acima mencionadas. A reunião foi coordenada pela Excelentíssima Juíza do Trabalho Raquel Nenê Santos, coordenadora, conforme relato que segue: J. Raquel noticiou o encaminhamento da campanha “Na Linha do Trem pelo Fim da Violência contra a Mulher”, apresentado pelo Comitê Gaúcho Impulsor do Movimento #ElesPorElas da Organização das Nações Unidas – ONU MULHERES. Relatou que o Gabinete da Presidência encaminhou expediente para a Diretoria-Geral para que seja apresentado estudo sobre a viabilidade de destinação de recursos à Campanha. Por

ora, não se sabe se o apoio do Tribunal incluirá suporte financeiro. Márcio esclareceu que o tempo de duração da campanha será de 3 meses e que a participação das unidades que estão no percurso da linha de trem será feita por meio de comparecimento nas batalhas de hip hop, juntamente com outras entidades. Esclareceu que isto não impede a montagem de um stand do TRT4, o que será avaliado oportunamente. Por ora, está definida a assistência na batalha do hip hop, sem qualquer ônus para o Tribunal, e a Secretaria Administrativa informará se há ou não a possibilidade de destinação de recursos. Mariana informou que esteve presente na última reunião do HeForShe e relatou os seguintes pontos de interesse: 1) Parceria da agência Moove com a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) para criação de um Selo de Equidade, a ser concedido a estabelecimentos que realizarem treinamento relativo a equidade de gênero e estabelecerem condutas de proteção à mulher. O selo não pode estar associado diretamente ao HeForShe, em razão de os estabelecimentos envolvidos comercializarem bebidas alcóolicas, mas a ideia é que aqueles que o obtiverem sejam considerados estabelecimentos seguros. Na ocasião, Mariana sugeriu que o selo não tenha como parâmetro apenas a relação entre estabelecimento e cliente, mas que abranja também as relações de trabalho e 2) Iniciativa do Pacto Global e WEPs (*Women's Empowerment Principles*) - Princípios de Empoderamento da Mulher – que a princípio ensinará um novo selo. Informou, ainda, que a Campanha será iniciada na próxima reunião, que ocorrerá em 30 de julho. J. Raquel comunicou que não poderá se fazer presente, pois estará em férias. Mariana, Márcio e Elton se dispuseram a comparecer à próxima reunião. **J. Raquel fará contato com Bárbara para obter retorno sobre a viabilidade de destinação de recursos para a Campanha, para que na reunião do dia 30.07.2018 já se tenha definido a forma de participação do Tribunal.** Márcio comentou que na caixa do Comitê do ADMEletrônico há um PA em que estão sendo anexadas todas as atas do HeForShe. Em relação ao projeto de reserva de vagas para candidatos negros, J. Raquel informou que está na etapa final e que após a conclusão do cadastramento dos servidores ativos realizado pela SEGESP o Comitê enviará ofício para a Diretora da Escola Judicial a fim de implementar a reserva de vagas. J. Cacilda sugeriu que seja reforçada com os gestores das unidades a necessidade do cadastramento. Comentou, ainda, sobre a necessidade de aprimorar o sistema quanto a exclusão/inclusão de dependentes. J. Raquel passou a tratar a

questão da estruturação do Núcleo de Combate ao Assédio Moral. Comentou que, segundo manifestação da Diretora-Geral, Bárbara, a Coordenadoria de Saúde aceitou participar do Núcleo, sendo necessário agora delimitar a forma pela qual se dará essa participação. Sugeriu que seja verificada a viabilidade da criação de número específico e de preferência direto para o atendimento às vítimas. J. Cacilda e Mariana sugeriram a disponibilização de celular em regime de plantão. Márcio ponderou que as pessoas devem se sentir à vontade para buscar a Ouvidoria, a Coordenadoria de Saúde ou a SEGESP pessoalmente ou buscar o atendimento telefônico. J. Raquel comentou sobre a necessidade de observância do regulamento do Tribunal, que estabelece como função precípua da Ouvidoria o recebimento de queixas, denúncias e outras manifestações. Roberta questionou sobre a possibilidade de tornar o Núcleo de Combate ao Assédio Moral independente da Ouvidoria. J. Raquel esclareceu que, embora a o Núcleo tenha caráter permanente, ele não constitui uma unidade, já que não conta com estrutura física e não pode trabalhar de forma independente, de forma que os atendimentos podem iniciar pela Ouvidoria ou pelo celular em regime de plantão, que poderia ficar com qualquer um do Comitê, por esquema de rodízio. Mariana aventou a possibilidade de se reservar um espaço dentro da Ouvidoria somente para estes atendimentos. Argumentou que já houve divulgação da Ouvidoria como o canal para esse atendimento, inclusive para o público interno, e que informações em sentido diverso podem gerar confusão. Argumentou que seria melhor concentrar o atendimento a servidores na Ouvidoria, esclarecendo que os assuntos pertinentes ao Núcleo serão sempre tratados por ela, como membro do Comitê na Ouvidoria, e não repassados a outros servidores ali lotados. Mariana comentou que o SINTRAJUFE tem um encaminhamento próprio para vítimas de assédio e que conta com um cadastro de psicólogos que atuam nesse sentido. Caroline elogiou a iniciativa do Comitê em relação ao Núcleo de Combate ao Assédio Moral. Comentou que um alinhamento se faz bastante necessário, pois há pouco contato entre as áreas do Tribunal e, por não existir uma rotina bem delineada, as pessoas acabam recorrendo aos canais que eles já conhecem. Afirmou que o estabelecimento de um fluxo garantiria a eficácia do atendimento, pois cada área tem uma compreensão sobre o procedimento a ser adotado e a união de esforços daria mais força à iniciativa. Sugeriu atividades de capacitação, envolvendo Sindicato, Coordenadoria de Saúde, SEGESP e até mesmo a Corregedoria, que também é canal

de escuta e muitas vezes recebe esse tipo de demanda. Comentou que o TRE criou um banco de psicólogos, propondo a vinculação de outros Tribunais, com possibilidade de desconto para integrantes dos Tribunais associados. Márcio ponderou que também o agressor necessita de alguma abordagem, sugerindo que de alguma forma o fluxo preveja isto, talvez incluindo a Escola Judicial em ações de capacitação. Caroline comentou que no TRE os gestores denunciados por assédio recebem um acompanhamento pessoal. J. Raquel referiu que a abordagem do agressor deve ser feita com muita cautela, para que não se configure abuso de autoridade, dando margem a uma ação contra a União, e também para evitar a superexposição da vítima. Observou que a vítima normalmente busca auxílio por iniciativa própria, mas que, em geral, o agressor não considera que tenha agido mal e pode se insurgir, pois não se vê como agressor. Elton manifestou que há uma diferença clara de poderes no Tribunal entre magistrados e servidores, ou mesmo servidores e outras chefias, e que por muitas vezes, por temor, o servidor não consegue sequer denunciar, já que há este desnível na relação do poder. Roberta agumentou que é preciso lidar com o cerne da questão, pois enquanto o assediador não reconhecer que o seu ato configura assédio, a prática seguirá acontecendo. Acrescentou que não é o papel da vítima dar um basta no agressor, mas de uma instância superior e que o Núcleo deverá cumprir essa função. J. Raquel comentou que deve constar do fluxograma a capacitação das áreas envolvidas, inclusive dos integrantes do Comitê, para que tudo esteja alinhado e o atendimento se dê conforme o fluxo. Após o primeiro atendimento à vítima, o Núcleo procurará que a situação seja corrigida de alguma forma no ambiente de trabalho – devendo-se definir se por ação específica na unidade, se pela Escola Judicial ou pela SEGESP. Caroline sugeriu que seja observada a experiência do TRE, que desenvolveu um trabalho bastante aprimorado neste sentido. Márcio comentou que representante do TRE o contactou solicitando informações sobre o Comitê Gestor de Equidade, ensejando uma boa oportunidade para troca de informações. **J. Raquel fará contato com o TRE para se informar sobre o que vem sendo desenvolvido em relação ao combate ao assédio moral naquela instituição.** Comentou sobre a necessidade de divulgação permanente no site do Tribunal sobre os canais de atendimento. Informou que, com a criação do Núcleo, o Comitê pretende que seja feito todo um trabalho de divulgação, até mesmo para que os colegas conheçam seus membros. Mariana comentou que, em uma

oportunidade, a Ouvidoria criou cartazes para afixação nas varas. Roberta argumentou que, embora as salas de amamentação tenham sido divulgadas através de cartazes nos elevadores, continuam sendo ignoradas por muitas pessoas, razão pela qual deve ser feita uma apresentação pessoal, com mais ênfase. J. Cacilda sugeriu que esta divulgação coincida com o início das atividades do Núcleo, e tenha o apoio da SECOM. Márcio comentou sobre o selo, sugerindo a retomada da iniciativa, porque a iniciativa não teve continuidade, já que, com a mudança na Administração, não houve tempo para se debruçar sobre o que estava a sendo feito. Elaine comentou que pôde perceber uma mudança expressiva em seu ambiente de trabalho em relação a algumas atitudes, o que atribui à sua militância individual. Acrescentou que, embora tenha alguns aliados, nem todos se dispõem a agir para combater atitudes racistas, homofóbicas ou que caracterizam assédio. Neste momento, o Comitê recebeu a visita da Desembargadora Presidente Vania Cunha Mattos e do Desembargador Roger Raupp Rios, acompanhado do servidor Carlos Alberto Colombo, ambos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Por ocasião da visita, J. Raquel apresentou a estrutura do Comitê e relatou as ações que vem sendo empreendidas. Dentre elas, destacou a campanha Na Linha do Trem pelo Fim da Violência contra a Mulher, a reserva de vagas nos cursos da Escola Judicial para servidores negros e, por fim, o Núcleo de Combate ao Assédio Moral. Des. Roger se apresentou e passou a relatar as suas iniciativas enquanto coordenador da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão e da Ouvidoria. Agradeceu o convite para comparecimento na reunião e elogiou a experiência do TRT4, destacando a composição do Comitê, tanto por membros eleitos quanto por integrantes indicados pela Administração, o que garante legitimidade e reconhecimento às iniciativas. Observou, ainda, se tratar de iniciativa da Instituição em si, e não de uma Administração em particular, afirmando que o TRF4 almeja esse padrão de institucionalização. Márcio comentou sobre as atividades em que TRF4 e TRT4 atuaram em parceria, mencionando como exemplo a exposição Amores Perfeitos, que ocorreu primeiro no TRT4 e foi reeditada no TRF4. Des. Roger destacou que Presidente do TRF4, Desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, tem comparecido para prestigiar as iniciativas da Instituição e viabilizado os eventos relativos à equidade. Des. Roger fez convite à Des. Vania para visita ao TRF4, com o objetivo de fortalecimento da cooperação institucional. Ressaltou que é necessário reforçar sempre o que é assédio, o que é

racismo e o que é homofobia, pois esses conceitos ainda são muito mal compreendidos. Comentou sobre os eventos do TRF4 e a possibilidade de realização de evento conjunto entre tribunais, no ano que vem, pelo Dia da Mulher. J. Raquel comentou sobre o pioneirismo do TRT4 na implantação do Dia de Conscientização sobre o Autismo, que passou a integrar o calendário do Comitê e da Instituição, com atividades previstas em todo o Regional. Compartilhou a sua experiência pessoal em relação ao autismo, acrescentando que, após os eventos deste ano, recebeu uma série de ligações com pedidos de indicação de atendimento, o que demonstra a repercussão positiva das iniciativas empreendidas. Carlos reforçou a importância da interlocução entre os Tribunais, destacando que o contato entre tribunais abriu caminhos no TRF4 e que a experiência do TRT4 foi essencial para que o TRF4 alavancasse, com poucos recursos, e de baixo para cima, a sua própria experiência em termos de equidade. **Desa. Vania, reforçando a importância de realização de atividades conjuntas, dispôs-se a visitar o TRF4 para conhecer as iniciativas da Instituição.** Caroline destacou a questão da formação. Falou sobre a necessidade de serem realizados cursos voltados para a área comportamental, observando que muitas vezes não são tão valorizados quanto os cursos que têm como finalidade a formação jurídica. Desa. Vania comentou que a mudança de mentalidade deve ser buscada até mesmo pela Administração. Propôs que novas práticas sejam disseminadas pela Escola Judicial. Roberta relatou que, por iniciativa do Comitê, foi determinada a realização de alguns cursos de formação sobre direitos humanos e diversidade no ano que vem, pela Escola Judicial. Comentou que os servidores se reuniram no Tribunal, formando coletivos, que através de sua representação no Comitê podem propor iniciativas. Informou que, por união de esforços do Comitê e dos integrantes do coletivo, será realizado encontro dos servidores negros do TRT4 em setembro, e que a Escola Judicial está chamando profissionais para falar sobre o assunto e que será concedido certificado aos participantes. O Comitê e a Presidente Vania, em nome do TRT4, se colocaram à disposição do TRF4 para troca de vivências em relação às ações de equidade e o que mais se fizer necessário. Ao final da reunião, todos foram convidados pela Desa. Vania para um café, dirigindo-se à Presidência. Reunião encerrada às 10h45. Ata redigida pela servidora Clarissa Gonçalves Vido, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e encaminhada para validação eletrônica.